

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA
CNPJ 24.094.174/0001-29
RUA ARTHUR FERREIRA, N° 65, DORNELAS, MURIAÉ-MG, CEP36.884-175
lsb.contato.construtora@gmail.com| (32) 3722-1198 – 32 9 8889-8086

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 (UASG 80008)

LICITANTE RECORRENTE: J. C. M. S. RABELO - LTDA

**LICITANTE RECORRIDA: LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E
LIMPEZA LTDA**

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **24.094.174/0001-29**, com sede na Rua Arthur Ferreira, nº 65, Térreo A, Bairro Dornelas, Muriaé-MG, CEP 36.884-175, neste ato representada por sua administradora, **LAURA SCALLA BERIZONZI**, brasileira, solteira, empresária, portadora do CPF nº **137.098.846-08**, emancipada conforme Escritura Pública registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) sob o nº 13165151, vem, tempestivamente, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por J. C. M. S. RABELO - LTDA, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, cumpre demonstrar a plena tempestividade das presentes contrarrazões. Conforme as regras estabelecidas no Edital e em consonância com o Art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o prazo para a apresentação de contrarrazões é de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo para interposição do recurso.

Considerando que o prazo final para o protocolo desta peça processual encerra-se apenas no dia **11/05/2026**, e que o protocolo ocorre nesta data, resta cristalina a sua **tempestividade**, devendo as presentes razões serem integralmente conhecidas e processadas por esta Administração.

II. DA SÍNTESE DOS FATOS

O presente procedimento licitatório, regido pela Nova Lei de Licitações e Contratos, objetiva a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de manutenção predial, adaptações e serviços comuns de engenharia nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. No que tange ao Item 4, referente à Região 4 (Juiz de Fora), após uma fase de lances competitiva e pautada pela transparência, a empresa ora Recorrida sagrou-se vencedora ao ofertar o lance final de R\$ 4.511.047,23, o que representa um desconto linear de 25,10% sobre o valor global estimado pela Administração.

Ocorre que, inconformada com o resultado do certame, a empresa J. C. M. S. RABELO - LTDA interpôs recurso administrativo sustentando, em apertada síntese, a suposta inexecutabilidade da proposta vencedora. A Recorrente fundamenta sua insurgência no fato de o valor final ter atingido o patamar de 74,90% do orçamento estimado, o que, em sua visão limitada, ensejaria uma desclassificação automática por força do Art. 59, § 4º da Lei 14.133/2021. Ademais, alega de forma genérica que a viabilidade da proposta teria sido amparada em meras declarações unilaterais, desprovidas de suporte técnico, sugerindo um suposto risco à futura execução contratual.

Entretanto, a realidade processual desmente categoricamente tais ilações. Diferente do que tenta fazer crer a Recorrente, a aceitação da proposta da LSB não foi um ato discricionário desmotivado, mas sim o resultado de uma rigorosa e profunda análise técnica conduzida pela equipe especializada deste Tribunal. Durante a fase de julgamento, a Recorrida apresentou um robusto conjunto documental, composto pela Planilha de Formação de Preços detalhada e pelas Composições de BDI segregadas para serviços (30,31%) e materiais (16,86%), demonstrando que cada item de custo foi calculado com estrita observância às tabelas de referência oficiais, como SINAPI, SETOP e SUDECAP.

Nesse contexto, a equipe técnica do TRT-3, após analisar minuciosamente os documentos complementares, emitiu relatório conclusivo atestando que a proposta está em total conformidade quanto ao preço e às

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA

CNPJ 24.094.174/0001-29

RUA ARTHUR FERREIRA, N° 65, DORNELAS, MURIAÉ-MG, CEP36.884-175

lsb.contato.construtora@gmail.com| (32) 3722-1198 – 32 9 8889-8086

condições de fornecimento, possuindo plena exequibilidade. A narrativa recursal ignora que a Recorrida provou possuir margens de lucro reais e sustentáveis, afastando qualquer sombra de "preço temerário". Assim, o que se observa é que a Recorrente busca, através de uma interpretação isolada e formalista da lei, anular um processo hígido que garantiu à Administração uma economia superior a R\$ 1,5 milhão, sem qualquer prejuízo à qualidade ou à segurança da execução dos serviços.

III. DA NATUREZA RELATIVA DA INEXEQUIBILIDADE (ART. 59, § 4º DA LEI 14.133/21)

A tese central sustentada pela Recorrente repousa sobre uma interpretação isolada e excessivamente formalista do Artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, ao pretender que o limite de 75% do valor orçado pela Administração constitua uma barreira absoluta e intransponível para a aceitação da proposta.

Ocorre que tal entendimento colide frontalmente com a principiologia que rege as contratações públicas e com a exegese consolidada pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Judiciário. A presunção de inexecuibilidade estabelecida pela Nova Lei de Licitações possui natureza meramente relativa (*iuris tantum*), funcionando como um mecanismo de cautela que impõe à Administração o dever de realizar diligências para aferir a viabilidade real da proposta, e não como um critério de desclassificação automática.

No caso concreto, a proposta da Recorrida atingiu o patamar de 74,90%, uma diferença ínfima de apenas 0,10% em relação ao limite legal, o que torna ainda mais desarrazoada a pretensão de exclusão sumária sem a devida análise do suporte técnico apresentado.

A Administração Pública, ao buscar a proposta mais vantajosa, deve privilegiar a eficiência e a economicidade, permitindo que o licitante demonstre, por meio de provas documentais, que sua estrutura de custos e sua estratégia

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA

CNPJ 24.094.174/0001-29

RUA ARTHUR FERREIRA, N° 65, DORNELAS, MURIAÉ-MG, CEP36.884-175

lsb.contato.construtora@gmail.com| (32) 3722-1198 – 32 9 8889-8086

operacional permitem a execução do objeto por um valor inferior à estimativa inicial, conforme se depreende da jurisprudência pátria:

REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEL DIVERGÊNCIA ENTRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI 2/2023 E O DISPOSTO NO ART. 59, § 4º, DA LEI 14.133/2021. CRITÉRIO DE INEXEQUIBILIDADE DE PREÇOS. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. CIENTIFICAÇÃO. PROVIDÊNCIAS INTERNAS. ARQUIVAMENTO. 1. O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, sendo possível que a Administração conceda à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, do mesmo diploma legal. **TCU — CONSULTA (CONS) 8032024 — Publicado em 24/04/2024**

O acórdão supracitado, de relatoria do eminente Ministro Benjamin Zymler, é paradigmático ao enfrentar a aplicação da Lei 14.133/2021. O Tribunal de Contas da União deixa claro que o § 4º do Artigo 59 não pode ser lido de forma estanque, devendo ser compatibilizado com o § 2º do mesmo dispositivo, que autoriza e obriga a realização de diligências.

O comentário detalhado sobre este julgado revela que a intenção do legislador não foi criar uma "guilhotina matemática", mas sim um sinal de alerta para o gestor público. Ao validar a possibilidade de demonstração da exequibilidade, o TCU protege o erário contra a contratação de propostas mais caras quando o licitante vencedor prova, analiticamente, que seu preço é viável.

No caso da Recorrida, essa prova foi produzida de forma exaustiva através das planilhas de custos e composições de BDI, o que afasta por completo a incidência da presunção de inexecuibilidade.

IV. DA VALIDADE TÉCNICA DAS PLANILHAS E DO DEVER DE DILIGÊNCIA

A robustez da proposta apresentada pela Recorrida não se limita a uma mera declaração de intenções, mas está solidamente ancorada em um

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA

CNPJ 24.094.174/0001-29

RUA ARTHUR FERREIRA, N° 65, DORNELAS, MURIAÉ-MG, CEP36.884-175

lsb.contato.construtora@gmail.com| (32) 3722-1198 – 32 9 8889-8086

detalhamento técnico que segrega custos de mão de obra, insumos e, notadamente, diferencia as taxas de BDI para serviços e materiais.

A apresentação de um BDI de 30,31% para serviços e um BDI reduzido de 16,86% para o fornecimento de materiais demonstra um nível de especialização e aderência às normas técnicas que a Recorrente convenientemente ignora em suas razões.

A equipe técnica deste Tribunal, ao analisar tais documentos, exerceu seu poder-dever de diligência e concluiu pela plena conformidade da proposta. É imperativo destacar que a desclassificação de um licitante que apresenta a melhor proposta, fundamentada em uma análise técnica favorável da própria Administração, configuraria um ato ilegal e violador do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da busca pelo resultado mais vantajoso.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais corrobora este entendimento ao conferir especial relevo ao parecer técnico administrativo:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. (...) INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DO ART. 59, §§ 2º E 4º, DA LEI 14.133/2021. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA COMPROVAR EXEQUIBILIDADE. DECISÃO ADMINISTRATIVA FUNDADA EM PARECERES TÉCNICOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. (...) 4. O art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 estabelece presunção relativa de inexecutabilidade para propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, não impondo desclassificação automática. 5. O § 2º do mesmo artigo autoriza a Administração a realizar diligências para verificar a executabilidade das propostas, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da busca pela proposta mais vantajosa ao erário. (...) 7. No caso, a Administração submeteu a proposta vencedora a dois pareceres técnicos que, após ajustes, reconheceram sua viabilidade, legitimando a homologação e a contratação. **TJ-MG — Agravo de Instrumento 16246989320258130000 — Publicado em 27/11/2025**

A análise detalhada deste precedente do TJ-MG revela uma identidade fática absoluta com o presente caso. O Tribunal mineiro ressalta que a existência de pareceres técnicos que atestam a viabilidade da proposta é suficiente para afastar qualquer alegação de ilegalidade na manutenção do licitante no certame.

Este julgado evidencia que a intervenção do Poder Judiciário ou a reforma da decisão administrativa em sede de recurso só se justificaria diante de uma ilegalidade manifesta, o que não ocorre quando a decisão do Pregoeiro está amparada em critérios técnicos objetivos. A Recorrida, ao detalhar seus custos e aceitar a fiscalização da Administração, cumpriu com seu ônus probatório, transformando a presunção de inexecutibilidade em certeza de executibilidade.

V. DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

A manutenção da classificação da Recorrida é a única medida capaz de assegurar a observância ao princípio da economicidade, evitando que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região seja compelido a contratar o mesmo objeto por um valor significativamente superior.

A licitação não é um fim em si mesma, mas um meio para que o Estado obtenha a melhor prestação pelo menor custo possível. Desclassificar a LSB sob o pretexto de uma "inexecutibilidade" que já foi tecnicamente afastada representaria um prejuízo direto ao erário de mais de R\$ 1,5 milhão.

O excesso de formalismo, que busca excluir propostas vantajosas por questões meramente aritméticas ou procedimentais, é combatido pela doutrina e pelos órgãos de controle, como se observa na orientação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

RATIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO. (...) A desclassificação de proposta mais vantajosa para a Administração, sem a devida oportunidade de correção de erros sanáveis ou comprovação de executibilidade, afronta os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa. **TCE-MG**

O entendimento do TCE-MG reforça que a Administração deve sempre privilegiar a substância sobre a forma. Se a proposta é a mais vantajosa e o licitante demonstra capacidade de execução, sua exclusão configura uma afronta ao interesse público.

A doutrina de **Marçal Justen Filho** corrobora essa visão ao afirmar que a "anormalidade do preço" deve ser avaliada sob a ótica da eficiência do licitante; se a empresa possui processos otimizados e margens de lucro saudáveis, como demonstrado pela Recorrida, o preço baixo deixa de ser um risco e passa a ser um benefício para a Administração. Portanto, a tese recursal deve ser integralmente rejeitada para preservar a higidez e a economicidade do certame.

VI. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, e considerando que a proposta apresentada pela Recorrida é a que melhor atende ao interesse público e aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, requer-se a esta ilustre Administração:

a) O TOTAL IMPROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa J. C. M. S. RABELO - LTDA, ante a manifesta ausência de fundamentos fáticos e jurídicos capazes de infirmar a higidez do certame, uma vez que a alegação de inexecutibilidade restou cabalmente superada pela demonstração analítica de custos;

b) A MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO que aceitou e habilitou a proposta da empresa LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, ratificando-se o entendimento de que a presunção de inexecutibilidade prevista no Art. 59, § 4º da Lei 14.133/2021 possui natureza meramente relativa e foi plenamente afastada no caso concreto;

c) A VALIDAÇÃO DEFINITIVA DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS apresentados, notadamente a Planilha de Formação de Preços e as Composições de BDI diferenciadas para serviços (30,31%) e materiais (16,86%), que comprovam a sustentabilidade financeira da proposta e a manutenção de margens de lucro saudáveis para a execução contratual;

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA

CNPJ 24.094.174/0001-29

RUA ARTHUR FERREIRA, N° 65, DORNELAS, MURIAÉ-MG, CEP36.884-175

lsb.contato.construtora@gmail.com| (32) 3722-1198 – 32 9 8889-8086

d) O RECONHECIMENTO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, preservando-se a economia de mais de R\$ 1,5 milhão gerada aos cofres do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em estrita observância ao princípio da economicidade e da eficiência administrativa;

e) A IMEDIATA ADJUDICAÇÃO E POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO do objeto licitado (Item 4 – Região 4) em favor da Recorrida, procedendo-se aos atos subsequentes para a formalização da contratação, por ser medida de inteira e lúdima Justiça.

Pede Deferimento.

Muriaé-MG, 08 de maio de 2026.

LSB CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA

CNPJ nº 24.094.174/0001-29

LAURA SCALLA BERIZONZI

Sócia-Administradora